



ISSN 2238-118X

CADERNOS CEPEC

V. 7 N.1 Janeiro de 2018

Acumulação de capital e Especialização do Emprego Industrial nas Cidades Médias não Metropolitanas do Brasil: – 1991 e 2010

William Eufrásio Nunes Pereira
Ana Cristina dos S. Morais
Ângelo Magalhães Silva

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia



CADERNOS CEPEC

Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará

Periodicidade Mensal – Volume 7 – N° 01– Janeiro 2018

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Rômulo Simões Angélica

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor: Carlos Alberto Batista Maciel

Vice Diretor: Manoel Raimundo Santana Farias

Coordenador do Mestrado e Doutorado em Economia: Ricardo Bruno Nascimento dos Santos

Editores

José Raimundo Barreto Trindade - Principal

Sérgio Luis Rivero

Conselho Editorial

Armando Lírio de Souza

Marcelo Bentes Diniz

Ricardo Bruno dos Santos

Francisco de Assis Costa

José Raimundo Trindade

**Danilo de Araújo
Fernandes**

Gilberto de Souza Marques

Sérgio Luis Rivero

Gisalda Filgueiras

Márcia Jucá Diniz



Cadernos CEPEC
Missão e Política Editorial

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km², o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

Instruções para submissão de trabalhos

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editorialistas, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65). Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract, palavras-chaves e Classificação JEL (Journal of Economic Literature).

Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail: jrtrindade@uol.com.br

Página na Internet: <https://goo.gl/UuiC84>

Portal de Periódicos CAPES: <https://goo.gl/tTKEB4>

Acumulação de capital e Especialização do Emprego Industrial nas Cidades Médias não Metropolitanas do Brasil: – 1991 e 2010¹

William Eufrásio Nunes Pereira²
Ana Cristina dos S. Morais³
Ângelo Magalhães Silva⁴

RESUMO

O objetivo da pesquisa é descrever o comportamento dos diferenciais de empregos formalizados entre as cidades médias não metropolitanas das regiões do Brasil. Deve-se levar em consideração que esse trabalho limitou-se a estudar tão somente o setor industrial nas cidades em pauta. A metodologia utilizada uma pesquisa bibliográfica aliada ao Índice de Quociente de Localização, o qual tem por finalidade identificar a especialização produtiva das cidades em cada região, refletindo o deslocamento do capital, quando comparadas com a mesma atividade para o Brasil. Os resultados mostraram que a Região Sudeste, continua sendo a detentora do maior quantitativo de empregos formais entre as regiões, como as cidades com maior quantidade de especialização nas atividades mais intensivas em capital. O capital reorganiza o investimento nos espaços que lhe garantem a lucratividade, relocando-o de forma a manter os lucros elevados a custo de baixos salários e apropriação de externalidades positivas criadas pelo estado.

ABSTRACT

The objective of the research is to describe the behavior of the formalized employment differentials between the non-metropolitan medium cities of the Brazilian regions. It should be borne in mind that this work was limited to studying only the industrial sector in the cities in question. The methodology used was a literature search allied to the Localization Quotient Index, whose purpose is to identify the productive specialization of the cities in each region, reflecting the capital displacement, when compared to the same activity for Brazil. The results showed that the Southeast Region still has the largest number of formal jobs among the regions, such as the cities with the greatest amount of specialization in the most capital intensive activities. Capital reorganizes investment in the spaces that guarantee profitability, relocating it in a way that keeps profits high at the expense of low wages and appropriation of positive externalities created by the state.

¹ Texto apresentado na X Jornadas de Economía Crítica. Universidad Nacional de General Sarmiento. Los Polvorines, Buenos Aires, Argentina, 2017.

² Professor Associado do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia - UFRN. E-mail: wenpereira@hotmail.com.

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – UFPA. E-mail: crystynamorays@hotmail.com

⁴ Doutor, Professor da Universidade Federal do Semiárido – UFERSA, Brasil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO E CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS CIDADES MÉDIAS.....	7
3. CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS.....	13
4. METODOLOGIA.....	15
4.1 Resultados do Quociente Locacional (QL) nas cidades médias do Brasil	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22

1. INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade dos anos 1990, os governos dos estados brasileiros buscaram promover políticas que tentassem reduzir os problemas dos diferenciais de renda entre as regiões brasileiras. A retomada de políticas de desenvolvimento de cunho regional tem objetivo dúbio: primeiro, tenta reverter uma trajetória histórica – no caso brasileiro, de regiões completamente díspares no que se refere ao desenvolvimento econômico e social; Segundo, busca proporcionar condições de acessibilidade justa e equilibrada aos bens e serviços fornecidos pelo poder público, pois enquanto têm-se regiões desenvolvidas como o Sudeste, e, mais especificamente, o estado de São Paulo, há dentro do mesmo território Nacional espaços em que pessoas vivem na mais completa miséria (CAIADO, 2002).

Os desdobramentos da economia brasileira, a partir da década de 1990, promoveram algumas transformações no que se refere à distribuição das atividades do setor industrial pelo território Nacional. A desconcentração produtiva, no período, em benefício de outras regiões do País, promoveu uma migração populacional em direção às cidades com novas oportunidades de emprego. Nesse contexto de crescimento populacional de algumas cidades, ocorreu um acelerado crescimento no processo de urbanização, resultado do processo de desenvolvimento da industrialização, incentivado pela reestruturação produtiva (PEREIRA, 2008).

A indústria brasileira não tinha como concorrer com os produtos importados os quais foram beneficiados com reduções tarifárias. Esse quadro provocou uma redução no dinamismo do mercado de trabalho formal, devido às medidas político-econômicas implementadas, já que o Governo precisava enfrentar alguns desafios tais como: controlar a inflação, equacionar a dívida externa e formular política econômica (BRUM, 1999). Nesse contexto, a busca por novos espaços, principalmente do setor industrial, promoveu um novo reordenamento e crescimento populacional nas cidades brasileiras, gerando rápida urbanização. Isso fortaleceu o aparecimento de cidades médias, as quais serviram para minimizar os efeitos da urbanidade nas capitais dos estados brasileiros.

A hipótese norteadora da pesquisa é que o deslocamento do emprego e da produção ocorrido no Brasil, com rebatimento nas cidades médias, provocou uma desconcentração, a qual transformou e reconfigurou o espaço urbano-industrial fazendo com que outras atividades se estabelecessem nesses espaços receptores de novas indústrias. Essa ocorrência

se deu, em primeira instância, em direção ao interior, principalmente, do estado de São Paulo e, posteriormente, para os demais estados da federação.

Inicialmente o trabalho faz uma breve introdução. Em seguida apresenta-se uma discussão sobre alguns aspectos da urbanização e das cidades médias. A terceira parte é composta pela metodologia. Na quarta parte apresentam-se os resultados na construção do índice. Por fim, é feita algumas considerações finais.

2. ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO E CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS CIDADES MÉDIAS

O processo de urbanização da sociedade capitalista foi constituído através da industrialização. Para Lefebvre (2004) a sociedade urbana nasceu da industrialização, tal sociedade “domina e absorve a produção agrícola”. Há uma clara distinção entre cidade e campo nessas sociedades. Tal distinção tornou-se menos aparente com o campo absorvendo as máquinas, principalmente quando se amplia a relação entre preço da produção e o lucro no setor rural, tal qual na indústria.

A urbanização inserida no contexto da primeira revolução industrial estava fundamentada de acordo com dois conjuntos de fatores: na prévia decomposição da sociedade rural e sua emigração para as cidades, disponibilizando mão de obra à indústria e na saída de uma economia doméstica para uma manufatureira. Para o autor é a indústria que se constitui como elemento que domina a urbanização, pois as indústrias são atraídas para as cidades pela mão de obra e mercado disponíveis, pois nos dois casos é ela que promove também o desenvolvimento do setor de serviços (CASTELLS, 2000).

O problema da urbanização, para Castells (2000), possui quatro fundamentos, tais como:

- a) O rápido crescimento da urbanização no mundo;
- b) O crescimento concentra-se em regiões subdesenvolvidas;
- c) O surgimento de novos espaços urbanos;
- d) A relação urbana com as novas maneiras de articulação social.

A intervenção do Estado capitalista atua no curto prazo sobre esses limites. O Estado entra como financiador tanto dos meios de comunicação como do consumo coletivo, mas ao romper, no curto prazo, esse limite, atua de forma desigual, favorecendo principalmente os detentores do capital. Esse favorecimento gera benefícios de caráter monetário e político às classes capitalistas. Ao atuar no segundo limite, regulando a concorrência anárquica dos

agentes que ocupam e/ou transformam o espaço urbano, o Estado resolve dificuldades imediatas que obstaculizam o desenvolvimento das condições gerais da produção. A atuação sobre o terceiro limite enfraquece os efeitos segregativos de vários mecanismos que consolidam a renda fundiária (LOJKINE, 1981a).

É importante ressaltar que as formas de intervenção do Estado capitalista seguem a reboque do padrão de acumulação capitalista vigente e, conseqüentemente, não podemos deduzir como uniforme a atuação do Estado capitalista no Espaço urbano. O Estado capitalista, enquanto variável complexa, constituindo instituições, cujos postos de direção, deliberação e execução são ocupados por pessoas de diversos segmentos sociais, levando-os a atuar de diversas formas, muitas vezes contraditoriamente aos interesses estatais ou da sociedade. Esse conflito de interesses é reflexo dos grupos de poder que o compõem, e dos compromissos que os atores, detentores dos postos de trabalho no Estado, possuem consigo mesmos, com seu segmento social ou sua classe. Entre o estágio clássico do capitalismo concorrencial e o capitalismo financeiro atual, passando pelo estágio do capitalismo monopolista, encontramos uma grande diversidade de atuação do Estado no espaço urbano.

A intervenção do Estado capitalista na conformação do espaço urbano-industrial não implica resultados totalmente esperados. Normalmente, os resultados esperados mais efetivos ocorrem quando a ação do Estado Capitalista visa a beneficiar as classes mais abastadas. No entanto, quando a ação tem como objetivo beneficiar a classe trabalhadora, encontra obstáculos significativos. Obstáculos esses erguidos pelas elites que de tudo fazem para “abocanhar” parte (ou tudo) dos benefícios concedidos via ação estatal (OLIVEIRA, 1990).

Muitas intervenções podem repercutir de forma inesperada para o Estado ou para seus beneficiários. E o inesperado deve-se em parte à ação político-econômica dos segmentos não contemplados ou contemplados parcialmente pela ação estatal. A ação estatal no espaço urbano-industrial apresenta, assim, grandes dificuldades de implementação. O planejamento urbano somente consegue elevado grau de eficiência, quando estabelece mais benefícios do que prejuízo aos envolvidos. O planejamento urbano, enquanto intervenção estatal pode ser visto em três dimensões:

1. no esforço significativo “para amenizar os problemas ambientais da vida do trabalhador e do conflito de classes” (ROWEISS apud GOTTDIENER, 1997);
2. como “mecanismo funcional para controlar o conflito de classes nas cidades industrializadas” (GOTTDIENER, 1997, p. 138); e,

3. como “máscara ideológica que seduz a classe trabalhadora a acreditar que a intervenção do Estado no meio ambiente promove de fato a representação de seus interesses na sociedade, ...” (LEFÈBVRE *apud* GOTTDIENER, 1997, p 138).

Segundo GOTTDIENER (1997), a intervenção no espaço pelo Estado, através do planejamento urbano, é encapsulada dentro de contradições implicando muito mais uma exacerbação do que no alívio dos problemas gerados pelo capitalismo.

O alívio de diversas expressões da questão social gerada pelo capitalismo somente ocorre com um planejamento urbano, resultado de um investimento estatal, que garanta aos trabalhadores, em especial os de menores rendimentos, uma ampliação da qualidade de vida, sejam pelas melhorias na moradia, como pelo acesso a equipamentos de consumo coletivo, aumento na renda etc. Mas isso é muito difícil, pois os capitalistas e os proprietários de terra refutam cotidianamente a possibilidade de redistribuição de renda e a possibilidade de apropriação fundiária sem o devido pagamento pela terra. Além disso, procuram manter sua presença em postos-chaves das estruturas e instituições estatais, interferindo diretamente no planejamento urbano que venha a ser desenhado por tecnocratas não inteiramente comprometidos com a elite capitalista.

Nesse bojo, se estabelece o eterno conflito de classes, no qual o Estado apresenta-se como a arena de disputa e o “objeto” de desejo das classes envolvidas no conflito. A luta pelo controle do Estado garante ao seu vencedor maior possibilidade de apoio às reivindicações da classe vencedora da disputa. No que concerne à questão, a literatura marxiana sobre o Estado, embora rica de indicações, não é conclusiva e ensejou entre os pensadores marxistas ampla, diversificada e questionada contribuição científica que, longe de consenso, apresentam vertentes diferenciadas (CARNOY. 1994).

O Estado surge na sociedade e é afastada dela com a finalidade ideológica e pragmática de intervir no conflito de classes. Essa intervenção não se dá com o intuito de arbitrar as diferenças entre as classes, mas sim de evitar que elas se destruam no conflito, procurando garantir sempre os privilégios da classe capitalista.

Explicitamente, Engels (1980, p.135) diz que:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; (...) É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário

um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

Compreendendo o estado, tal qual apresentado por Engels (1980), pode-se compreender a emergência da política intervencionista em prol da acumulação do capital em novas áreas e regiões. Essas políticas atendem aos interesses capitalistas tanto pela esfera da industrialização como da urbanização que garante os investimentos privados, pela via da infraestrutura, como da redução dos custos de transportes, salariais, etc. O estado procura garantir a acumulação e a lucratividade capitalista abrindo novas frentes de acumulação em novas regiões. Dentro dessas regiões, as cidades enquanto espaço de urbanização, industrialização e acumulação são hipervalorizadas. Não todas as cidades, mas algumas que apresentam as características necessárias, criadas pela ação estatal ou pelo capital, para valorização do capital.

As cidades apresentam relação dialética quando pensadas as relações de subordinação e dominação territorial do capital no espaço. Afinal, ao mesmo tempo em que ocorre a urbanização e a industrialização, o crescimento das pequenas cidades favorecido pelas políticas governamentais promove o surgimento das cidades grandes por torna-las atrativas ao capital e a migração populacional. Além disso, o aparecimento de cidades pequenas e médias ocorre para amortecer o crescimento das grandes metrópoles (LEFEBVRE, 2008), quando estas começam a gerar externalidades negativas e deseconomias de aglomeração.

Mudança de compreensão acerca do espaço, deixando de ser apenas um objeto de observação, passando à concepção de um conceito de espaço em que há um rompimento dessa concepção (do espaço observado ou criado) para uma visão mais dialética do espaço. Na cidade há uma interdependência entre ela e o campo, com trocas entre si e reorganizando esses espaços (LEFEBVRE, 2008). A produção agrícola, que antes era essencialmente braçal, passou a obter componentes da indústria, ocorrendo uma simbiose entre o campo e a cidade em que “o tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, o “tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado das cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo” (LEFEBVRE, 2008, p. 15). Para este autor a concepção de urbano é definida como elemento que está sempre em movimento, ou seja, constantemente se alterando e se modificando.

Para Soja (1993), a compreensão desenvolvida de urbanização, não pode ser entendida

simplesmente como cidades que se organizam social, econômica e politicamente, mas deve sim ser entendida como um processo social de maior valor na estruturação do território. Sobre essa questão, constata-se que:

A urbanização pode ser vista como uma de várias grandes acelerações do distanciamento espaço-tempo... A especificidade do urbano é definida, pois, não como uma realidade separada, com suas próprias regras sociais e espaciais de formação e transformação, ou meramente como um reflexo e uma imposição da ordem social. O urbano é uma parte integrante e uma particularização da generalização contextual mais fundamental sobre a espacialidade da vida social... Em sua...especificidade social, o urbano é permeado por relações de poder, relações de dominação e subordinação, que canalizam a diferenciação regional e o regionalismo, a territorialidade e o desenvolvimento desigual, e as rotinas e revoluções, em muitas escalas diferentes. (SOJA, 1993 *apud* LIMONAD, 1999).

O processo de crescimento das cidades brasileiras se deu de forma rápida, pois São Paulo, em apenas seis décadas transformou-se na maior cidade da América Latina, devido à industrialização que impôs acelerado processo de urbanização. A industrialização confere um padrão de acumulação que potencializa a urbanização. Esta por sua vez, demonstra ser maior que o ritmo da industrialização.

O maior crescimento populacional no país, conforme Santos (1994), ocorreu a partir de 1940. Para o autor esse fenômeno se deu em virtude da elevada natalidade em paralelo com as melhorias sanitárias, bem como avanço na qualidade de vida da população.

A diferença existente no Brasil não era apenas com a distribuição das atividades econômicas – concentradas no Sudeste, mas, também relacionada a população. Esta concentrada, sobretudo no Nordeste, a qual migrou, substancialmente, para regiões mais desenvolvidas como o Sudeste (BRITO, 2012). Contudo, de acordo com o autor, as taxas de crescimento das grandes cidades vêm declinando, principalmente, desde dos anos 1980, com uma tendência de maior crescimento populacional nas aglomerações metropolitanas com mais de 100 mil habitantes.

Nesse contexto, o reatamento das políticas adotadas que proporcionaram o crescimento das cidades, sobretudo as cidades médias brasileiras, as quais assumem papel importante na atração de empresas para seus territórios, em particular, as cidades médias do Sudeste brasileiro. Com o intuito de pesquisar acerca desses espaços urbanos, vários autores brasileiros (PEREIRA, 2007; AMORIM FILHO, SERRA, 2001; etc.) estudam as cidades médias visando constituir, compreender ou caracterizar alguns conceitos, haja vista as mudanças ocorridas na organização e produção, as quais estão diretamente relacionados a reestruturação produtiva, abertura comercial e mudanças no papel do Estado no

desenvolvimento do país com a ampliação nos investimentos em infraestrutura, estradas, ferrovias, energia elétrica e telefonia (AMORIM FILHO, 2001).

O IBGE, atualmente, classifica cidades médias as aglomerações populacionais entre 100 mil e 500 mil habitantes. Essas cidades exercem atração devido, principalmente, a possibilidade de oferta do emprego e da instalação do setor industrial e de serviços. Santos (1994) chama a atenção, pois o conceito de cidades médias mudou sua classificação ao longo dos anos, visto que até os anos 1970, um município era considerado médio quando tinha população superior a 20 mil habitantes.

A tabela 1 mostra a quantidade de municípios brasileiros por grandes regiões, segundo a classe de tamanho da população.

Tabela 1 – Quantidade de municípios, no Brasil, por Região e tamanho populacional -1991 e 2010.

Habitantes (1000)	1991						2010					
	BRASIL	NO	NE	SE	SUL	CO	BRASIL	NO	NE	SE	SUL	CO
Total	5488	449	1786	1666	1141	446	5564	449	1794	1667	1188	466
Até 20	4193	342	1294	1243	946	368	3914	275	1195	1145	940	359
20 a 100	1120	96	455	337	163	69	1368	154	541	384	200	89
101 a 500	151	9	31	75	30	6	245	18	47	122	44	14
501 a 1000	14	-	4	8	-	2	23	-	7	12	2	2
1000 a 1500	5	2	1	-	2	-	5	1	1	1	1	1
Acima de 1500	5	-	1	3	-	1	9	1	3	3	1	1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE. Censos – 1991 e 2010.

É possível perceber redução na quantidade de municípios com até 20 mil habitantes, em todas as regiões do país. O maior crescimento ocorreu na quantidade de cidades com população entre 20 mil e 100mil habitantes, com um aumento de 22%. As cidades com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, que em 1991 com 151 passou para 245 em 2010, ou seja, um crescimento, de aproximadamente, 62% no aumento de cidades médias. Somando o Sudeste e o Nordeste, 69% das cidades médias do Brasil encontram-se nessas duas regiões. O crescimento populacional das cidades médias mostra a tendência apontada por Brito e Bonelli (1997 *apud* PEREIRA, 2008), em que há um crescimento populacional dos glomerados entre 100 e 500 mil habitantes.

Há três características que definem cidades médias. Elas podem: ser articuladoras nos eixos de desenvolvimento; atuar nos sistemas regionais com sucesso na localização de

tecnopólos; e, apresentar importância das relações espaciais da cidade, onde desempenham papel importante na divisão do trabalho (LIMA, 2010).

O processo de desconcentração ocorrido na década de 1990 promoveu a realocação da indústria pelo território brasileiro, beneficiando, sobretudo o Nordeste em detrimento da região Sudeste, mostrando que ocorreu uma desconcentração das atividades da indústria pelo território nacional iniciado na década anterior (PEREIRA, 2008).

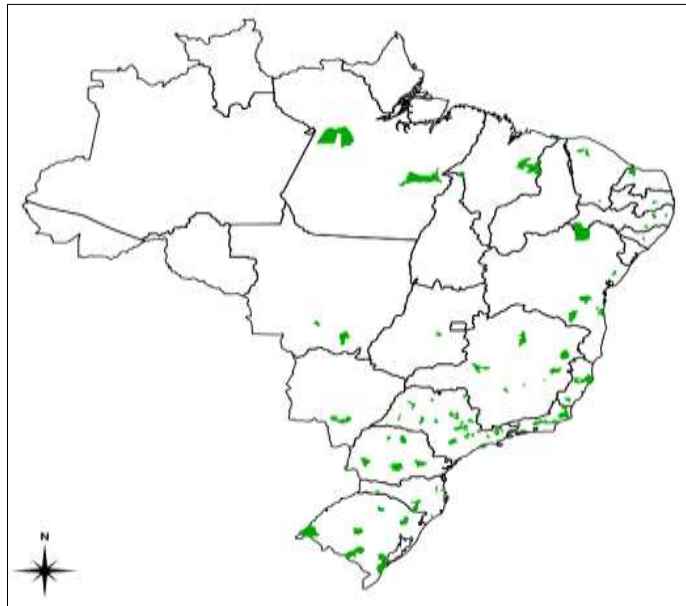
Dentro desse contexto, as cidades de médio porte são aquelas que podem ser conceituadas por sua relevância na localização geográfica, população, importância sócio-econômica e função na hierarquia urbana. Essas cidades constituem-se em centros de desenvolvimento regional e apresentam papel fundamental de desconcentração regional e de dinamização, pois criam o desenvolvimento local e regional, possibilitando a diminuição da disparidade econômica e de renda, e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes (STEINBERGER, BRUNA; 2001).

3. CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS

As cidades médias são capazes de unir centros onde já possuem escala urbanas com atividades econômicas que podem gerar as chamadas economias de aglomeração. Amorim Filho e Serra (2009) apresentam uma tipologia com características visíveis das cidades médias, que as levam a desenvolver funções econômicas completamente diferentes dentro da hierarquia urbana nacional e, inclusive, dinâmicas desiguais.

Essa tipologia é definida da seguinte forma: a) cidades médias metropolitanas - as que fazem parte de uma área metropolitana definida por lei; b) cidades médias capitais de estados - ligadas a funções administrativas públicas; c) cidades médias em eixos de transporte, associadas à infraestrutura; e d) cidades médias de fronteiras agrícolas, relacionadas à expansão agrícola para novas áreas do país.

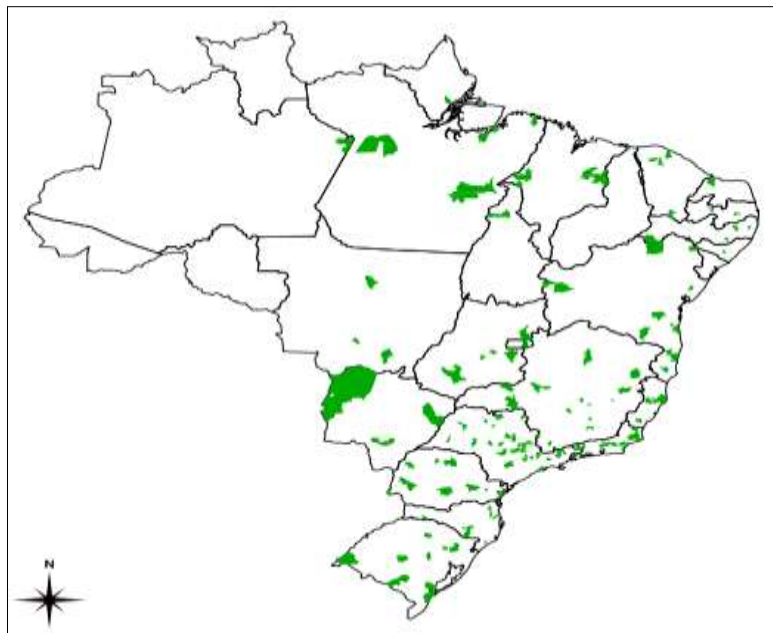
Figura 1: Cidades médias não metropolitanas do Brasil, 1991.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

Essas figuras mostram a dinâmica espacial das cidades, permitindo visualizar a localização em que estão inseridas em cada estado brasileiro. É possível perceber a dinâmica ocorrida para as cidades em pauta. É possível observar que há um aumento na quantidade dessas cidades nas regiões. Esse crescimento se dá principalmente no litoral do Nordeste, Sudeste e Sul.

Figura 2: Cidades médias não metropolitanas do Brasil, 2010.



Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

A “política regional” adotada pelos estados, através da Guerra Fiscal, foi uma demonstração do afastamento do Estado brasileiro na promoção de política de desenvolvimento regional a partir do início dos anos 1990. O resultado de tal atitude foi o aumento no desemprego, a criação de uma capacidade da estrutura industrial ociosa e aumento da inflação.

A continuidade dessa ausência de política regional realizou-se com as privatizações, redução nos gastos governamentais (CAIADO, 2002), ocorrendo uma desconcentração bastante seletiva no que se refere ao espaço e do ponto de vista setorial. Muitas empresas intensivas em mão de obra, como as indústrias têxteis e de calçados, deslocaram-se para regiões fora do eixo Sul-Sudeste, devido a proximidade de fontes de matéria-prima, infraestrutura local e desenvolvimento de novos mercados, foi o fato positivo numa década de dificuldades para a economia, em especial no Nordeste (CARVALHO, 2008).

4. METODOLOGIA

A análise foi feita levando-se em consideração o estoque de emprego formal. Considera-se o estoque de empregos a quantidade de trabalhadores ativos em 31 de dezembro de cada ano.

Os dados da RAIS são os mais adequados para a elaboração deste trabalho. Dentre as justificativas para a utilização dessas informações os autores Britto e Albuquerque (2002) *apud* Rezende (2012, p. 43), afirmam que esses dados são os melhores para pesquisa acerca do emprego formal no setor industrial em virtude de estar relacionado com: *i*) a localização exata da atividade industrial (município, microrregião, estado etc.); e *ii*) o setor específico da atividade, segundo as variadas classificações – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/CNAE.

A metodologia utilizada consistiu de uma revisão bibliográfica e um levantamento de dados secundários para fundamentação das ideias desenvolvidas. Os dados constam na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, disponibilizados pelo Ministério Trabalho e Emprego – MTE. A RAIS se constitui em uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal no Brasil.

Quadro 1 – Subsetores de atividades econômica da Indústria, segundo IBGE (2014).

Descrição
Extrativa mineral
Indústria de produtos minerais não metálicos
Indústria metalúrgica
Indústria mecânica
Indústria do material elétrico e de comunicações
Indústria do material de transporte
Indústria da madeira e do mobiliário
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos
Indústria de calçados
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico
Serviços industriais de utilidade pública
Construção civil

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

Alguns autores (SILVEIRA, 2005; REZENDE, 2012) utilizam o Quociente Locacional para verificar a especialização da produção em uma região ou município quando comparado com a região de referência. Ele mostra o quanto o setor *i* é (ou não) importante para a região em comparação com a região de referência, neste trabalho a região de referência é o Brasil. O coeficiente de Localização (ou Quociente Locacional) tem a característica de ser uma medida relativa, possibilitando comparar a concentração dos diferentes segmentos do setor industrial.

A utilização do emprego formal como principal variável é utilizada por Suzigan (*et al*, 2005) devido a uniformidade dos dados da RAIS. Rezende (*et al* 2012, p. 38) apresenta, exemplos de trabalhos similares que justificam, a utilização da RAIS. Tal justificativa refere-se a: a) maior disponibilidade de informações em nível de desagregação setorial e espacial desejável; b) certo grau de uniformidade para medir e comparar a distribuição dos setores ou atividades no tempo; c) representatividade para medir o crescimento econômico.

Neste caso, o emprego é a variável de referência, portanto, o Quociente Locacional é calculado:

$$QL = \frac{E_{ij}}{E_j} / \frac{E_{iRR}}{E_{RR}} \quad (01)$$

Onde:

E_{ij} é emprego da indústria i na região j ;

E_j é o emprego industrial na Região referência,

E_{iRR} é o emprego total na região j ,

E_{RR} é o emprego total na região de referência.

Esse coeficiente mostra em cada segmento do setor industrial a importância do emprego nas cidades médias de cada estado, quando comparado com o Brasil. Ou seja, quanto maior o índice mais concentrada é a indústria para as cidades da Região, e a sua importância no contexto nacional. Portanto, quando o índice é acima de 1, mostra que o segmento é mais importante para a cidade do que para o Brasil.

O indicador expõe que quanto maior o índice, mais especializada é a estrutura da produção naquela cidade. Ou seja, quanto aos resultados, nas atividades em que o valor numérico for menor ou igual a 1 (um), a atividade econômica da cidade não possui especialização do emprego no segmento. Contudo, se o valor for superior a 1 (um), a cidade tem uma especialização da atividade, pois está acima da média da região de referência. Portanto quanto maior for o resultado do QL, haverá uma especialização na cidade j no setor i da economia.

4.1 Resultados do Quociente Locacional (QL) nas cidades médias do Brasil

As tabelas, desse item, mostram a quantidade de atividades com especialização da atividade industrial, do ponto de vista do emprego, para as grandes regiões do Brasil, nos anos de 1991 e 2010. Os resultados constantes nas tabelas foram calculados levando em consideração o somatório do emprego formal das cidades médias de cada estado. A tabela 2 mostra as atividades do setor industrial por estado para os segmentos do setor industrial, no total das cidades médias não metropolitanas do Centro-Oeste, para os anos de 1991 e 2010.

Tabela 2 – Especialização produtiva nas cidades médias no Centro-Oeste (1991 e 2010)

SUBSETORES	Mato Grosso		Mato Grosso do Sul		Goiás	
	1991	2010	1991	2010	1991	2010
EXTR MINERAL	0,25	0,22	8,74	2,65	0,29	0,27
MIN NAO MET	1,31	1,66	2,43	1,15	2,74	1,16
IND METALURG	0,28	0,49	1,00	0,66	0,65	0,60
IND MECANICA	0,15	0,39	0,35	1,20	0,18	0,53
ELET E COMUM	0,12	0,13	0,62	0,86	0,56	0,09

MAT TRANSP	0,21	0,16	0,09	0,16	0,36	0,63
MAD E MOBIL	9,74	2,47	0,91	0,33	0,55	0,54
PAPEL E GRAF	0,32	0,34	0,95	1,98	1,30	0,86
BOR FUM COUR	0,61	0,90	1,31	0,56	0,67	0,66
IND QUIMICA	0,01	0,87	0,08	2,03	0,55	2,01
IND TEXTIL	0,08	0,48	0,14	1,01	2,54	0,57
IND CALCADOS	0,06	0,01	0,12	0,85	0,17	0,03
ALIM E BEB	2,25	2,34	1,96	1,36	2,11	2,21
SER UTIL PUB	0,38	0,86	0,18	0,30	0,24	0,20
CONSTR CIVIL	0,33	0,88	0,77	0,64	0,34	0,84

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

Na Região Centro-Oeste alguns segmentos possuem especialização nas cidades médias em todos os estados, como é o caso dos minerais não-metálicos e da indústria de alimentos e bebidas. No caso da madeira e do mobiliário a maior quantidade de empregos gerados é no estado do Mato Grosso com um total de 4.150 postos de trabalhos, já na indústria de alimentos a quantidade de empregos gerados é significativa em todos os estados da Região.

Em 1991 as cidades médias do Nordeste com maior quantidade de atividades especializadas eram aquelas que pertenciam aos estados Paraíba e Piauí. No caso da indústria de minerais não-metálicos as cidades médias dos estados possuem significativa quantidade de empregos gerados, principalmente aquelas pertencentes aos estados do Maranhão, Ceará e Bahia.

A tabela 3 e 4 mostram as atividades do setor industrial por estado para os segmentos do setor industrial, no total das cidades médias não metropolitanas do Nordeste, para os anos de 1991 e 2010.

Tabela 3 – Especialização produtiva nas cidades médias do Nordeste - 1991

SUBSETORES	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	BA
EXTR MINERAL	1,64	0,62	1,08	4,05	0,60	0,37	0,15	0,43
MIN NAO MET	3,22	2,23	5,15	2,80	1,18	1,82	1,98	1,06
IND METALURG	0,93	0,11	0,26	0,11	0,70	0,18	0,31	0,14
IND MECANICA	0,10	0,00	0,01	0,05	0,17	0,62	0,00	0,12
ELET E COMUM	0,02	0,03	0,07	0,02	0,87	0,05	0,00	0,03
MAT TRANSP	0,16	0,46	0,01	0,00	0,01	0,02	0,00	0,04
MAD E MOBIL	10,12	1,04	0,59	0,68	0,34	0,96	0,81	1,26
PAPEL E GRAF	0,46	0,44	0,79	0,30	1,03	0,31	0,14	0,53
BOR FUM COUR	0,13	3,71	6,23	0,02	5,11	1,52	18,66	3,23
IND QUIMICA	0,38	4,30	0,37	0,75	0,59	0,75	0,21	0,32
IND TEXTIL	0,08	0,11	1,62	0,34	1,43	2,57	0,15	0,79
IND CALCADOS	0,00	0,43	1,74	0,02	2,16	0,09	0,24	0,09
ALIM E BEB	0,88	1,35	0,79	3,12	1,18	2,05	1,40	2,18

SER UTIL PUB	0,84	0,00	0,55	1,12	2,15	1,94	0,83	4,38
CONSTR CIVIL	0,46	0,48	0,62	0,58	0,61	0,33	0,06	0,67

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE, 2010.

Em 2010, para as cidades médias do Nordeste, ocorreu uma redistribuição das atividades no território. Percebe-se que atividades como minerais não metálicos perderam importância quando comparadas ao Brasil, a exemplo da indústria de alimentos e a indústria da borracha. No caso da construção civil teve importância significativa.

Tabela 4 – Especialização produtiva nas cidades médias do Nordeste - 2010

SUBSETORES	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	BA
EXTR MINERAL	0,46	0,14	0,31	11,17	0,66	0,41	0,54	0,45
MIN NAO MET	4,39	2,94	0,91	1,30	0,67	1,67	1,46	1,29
IND METALURG	1,29	0,34	0,37	1,48	0,52	0,23	0,44	0,31
IND MECANICA	0,44	0,02	0,18	0,46	0,30	0,12	0,03	0,69
ELET E COMUM	0,09	0,01	0,00	0,10	0,32	0,14	0,01	0,37
MAT TRANSP	0,13	0,01	0,01	0,19	0,06	0,10	0,16	0,10
MAD E MOBIL	0,95	0,40	0,21	0,47	0,52	0,40	0,76	0,60
PAPEL E GRAF	0,88	0,64	0,51	0,69	1,14	0,81	0,59	0,82
BOR FUM COUR	0,39	1,71	1,11	0,29	1,19	0,66	1,62	1,38
IND QUIMICA	0,86	0,34	0,29	0,45	0,74	1,91	1,74	0,50
IND TEXTIL	0,30	0,42	0,24	0,11	1,12	2,49	0,21	0,97
IND CALCADOS	0,04	0,15	20,41	0,00	9,72	0,08	0,24	3,82
ALIM E BEB	0,90	0,78	0,40	0,97	0,58	1,13	3,68	1,46
SER UTIL PUB	1,31	2,24	0,51	0,36	1,44	0,23	0,76	1,24
CONSTR CIVIL	1,43	2,15	0,39	1,42	0,78	1,09	0,03	1,07

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE, 2010.

A tabela 5 mostra as atividades do setor industrial por estado para os segmentos do setor industrial, no total das cidades médias não metropolitanas da região Norte, para os anos de 1991 e 2010.

Tabela 5 – Especialização produtiva nas cidades médias do Norte – 1991 e 2010.

SUBSETORES	AM		PA		AP		TO	
	1991	2010	1991	2010	1991	2010	1991	2010
EXTR MINERAL	0,00	0,00	0,99	11,17	7,87	1,95	0,00	0,22
MIN NAO MET	5,79	6,80	0,59	1,35	0,01	0,81	1,53	2,40
IND METALURG	0,28	0,20	0,09	1,48	0,55	0,18	0,26	0,29
IND MECANICA	0,00	0,00	0,00	0,31	0,00	0,00	0,00	0,19
ELET E COMUM	0,00	0,00	0,14	0,01	0,00	0,00	0,00	0,28
MAT TRANSP	0,19	0,05	0,11	0,05	0,00	0,04	0,00	0,17
MAD E MOBIL	9,32	3,29	7,96	0,96	1,14	0,75	7,38	0,51
PAPEL E GRAF	1,91	0,08	0,47	0,25	0,00	0,15	0,62	0,51
BOR FUM COUR	0,00	0,00	1,02	0,32	0,00	0,09	0,52	0,75
IND QUIMICA	0,00	0,00	0,06	0,03	0,00	0,00	0,03	0,08

IND TEXTIL	0,11	0,19	0,26	0,07	0,00	0,02	0,31	0,61
IND CALCADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,32	0,02
ALIM E BEB	0,00	1,04	0,86	0,60	0,07	0,83	1,96	2,73
SER UTIL PUB	5,91	9,65	5,60	0,93	0,07	0,09	0,00	0,60
CONSTR CIVIL	0,26	0,22	0,81	1,80	0,01	0,22	0,95	1,21

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE, 2010.

Na Região Norte percebe-se a manutenção da especialização nas atividades de extração mineral, minerais não metálicos e na indústria da madeira e do mobiliário. Sendo as cidades do estado do Pará com maior quantidade de empregos gerados.

No que se refere ao Sudeste, a concentração do emprego industrial nas cidades médias é ainda mais marcante. Pois, em todos os anos estudados, mais de 50% de todo o emprego na indústria de calçados da Região encontra-se nas cidades médias. A indústria mecânica aumentou sua participação de 24% em 1991, para 33% em 2010.

A tabela 6 mostra as atividades do setor industrial por estado para os segmentos do setor industrial, no total das cidades médias não metropolitanas para a região Sudeste, referente aos anos de 1991 e 2010.

Tabela 6 – Especialização produtiva nas cidades médias do Sudeste – 1991 e 2010.

SUBSETORES	MG		ES		RJ		SP	
	1991	2010	1991	2010	1991	2010	1991	2010
EXTR MINERAL	2,36	2,46	5,66	3,56	4,69	8,28	0,34	0,34
MIN NAO MET	1,41	0,83	5,70	6,15	5,19	0,83	1,04	0,82
IND METALURG	2,74	1,90	0,33	0,57	1,22	1,86	1,39	1,35
IND MECANICA	0,46	0,49	0,39	0,51	0,33	0,93	1,93	2,22
ELET E COMUM	0,47	0,47	0,10	0,14	0,11	0,17	1,46	1,62
MAT TRANSP	0,23	0,62	0,11	0,15	0,76	1,32	1,22	1,42
MAD E MOBIL	0,96	1,23	2,90	2,15	0,48	0,32	0,89	0,66
PAPEL E GRAF	0,75	0,73	0,38	0,47	0,71	0,41	1,28	1,08
BOR FUM COUR	1,95	0,96	0,14	0,29	1,84	0,46	1,75	1,26
IND QUIMICA	0,48	0,79	0,12	0,35	0,43	0,45	0,94	1,03
IND TEXTIL	1,61	1,11	1,86	1,63	1,69	1,22	1,45	0,87
IND CALCADOS	0,89	0,26	2,44	0,58	0,08	0,01	2,06	1,66
ALIM E BEB	0,86	1,01	0,56	0,89	0,76	0,50	0,71	0,82
SER UTIL PUB	0,50	0,72	1,20	0,79	1,11	1,24	0,58	0,62
CONSTR CIVIL	0,68	1,06	0,40	0,59	0,47	1,03	0,45	0,69

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE, 2010.

A Região Sudeste, bem como as cidades médias dos seus estados, especialmente aquelas localizadas no estado de São Paulo possuem um setor industrial com maior intensidade em capital. Como é o caso da indústria mecânica, material elétrico e de transporte.

Dentre as regiões brasileiras que mais ganharam, no período em que o processo de reestruturação produtiva acentuou-se, destaca-se o interior paulista e as cidades médias desse interior. O entorno da área metropolitana de São Paulo recebeu significativos investimentos privados. Os investimentos realizados nesse entorno deve-se, em grande parte, às deseconomias de aglomeração que atingem a área metropolitana da capital paulista. Municípios de porte médio, como Sorocaba, Guarulhos, Osasco e demais cidades próximas à capital, que detêm estoques de terras a preços acessíveis, infra-estrutura básica de boa qualidade, e demais economias de aglomeração tenderam a ser receptores dos investimentos privados, fruto das re-localizações industriais e de novos investimentos.

A tabela 7 mostra as atividades do setor industrial por estado para os segmentos do setor industrial, no total das cidades médias não metropolitanas para a região Sul, referente aos anos de 1991 e 2010.

Tabela 7 – Especialização produtiva nas cidades médias da região Sul – 1991 e 2010.

SUBSETORES	Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul	
	1991	2010	1991	2010	1991	2010
EXTR MINERAL	0,69	0,39	1,38	0,18	0,19	0,16
MIN NAO MET	0,98	0,56	1,67	0,89		0,55
IND METALURG	0,53	0,70	0,44	0,61	1,45	1,53
IND MECANICA	0,56	0,67	0,67	1,00	1,96	2,02
ELET E COMUM	0,35	0,96	2,14	2,81	1,39	1,44
MAT TRANSP	0,18	0,42	0,30	0,34	1,37	2,39
MAD E MOBIL	3,52	2,80	1,36	0,74	1,48	1,15
PAPEL E GRAF	1,65	1,08	0,92	0,94	0,83	0,80
BOR FUM COUR	1,26	1,03	0,58	0,83	3,21	2,18
IND QUIMICA	0,58	0,91	0,64	0,51	0,83	1,04
IND TEXTIL	1,56	1,61	4,22	3,85	0,66	0,52
IND CALCADOS	0,21	0,13	0,12	0,02	3,46	1,27
ALIM E BEB	1,20	1,34	0,72	0,88	0,95	0,74
SER UTIL PUB	0,22	0,45	0,66	0,38	0,80	0,86
CONSTR CIVIL	0,95	0,84	0,32	0,56	0,23	0,57

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE, 2010.

As cidades médias do interior paulista têm se apresentado como alternativa viável para a expansão da indústria, antes localizada na área metropolitana de São Paulo. Cidades, como

Campinas, São Carlos, São José dos Campos e Ribeirão Preto, têm absorvido parte do capital industrial que se afastou da área metropolitana da capital por conta das suas deseconomias de aglomeração. A cidade de Campinas desponta entre as demais por seu dinamismo industrial e proximidade da área metropolitana paulista. A disponibilidade de uma infra-estrutura ampla e de qualidade – energia, saneamento, estradas, aeroportos etc. - em conjunto com uma série de fatores, dos quais a existência e concentração de institutos de pesquisa e ensino superior são as mais relevantes.

Para a Região as cidades com maior importância em relação ao Brasil estão localizadas no estado do Rio Grande do Sul. As cidades médias deste estado são as que mais possui mão de obra empregada no setor industrial, com exceção da indústria têxtil em que o maior empregador é o estado de Santa Catarina. O aglomerado industrial do Vale dos Sinos, que se recompõe atualmente após o declínio e realocização de sua indústria calçadista. Esse centro industrial, a proximidade com o Mercosul, a base informacional e o amplo mercado de trabalho qualificado concedem ao estado do Rio Grande do Sul condições favoráveis à expansão e diversificação industrial nesse contexto de reestruturação produtiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam para uma redistribuição das atividades, porém com maior concentração nas cidades do Sul e do Sudeste. Esta foi a hipótese norteadora da pesquisa, a qual demonstrou que ocorreu o deslocamento do emprego e da produção, em que há reconfiguração do espaço urbano. Essa ocorrência se deu, em primeira instância, em direção ao interior, principalmente, do estado de São Paulo e, posteriormente, para os demais estados.

Esse dinamismo, também se verifica nas demais regiões, em parte, devido à políticas de incentivo à formalização de empresas, bem como ao processo de espraiamento das atividades produtivas de regiões mais concentradas como o Sudeste para as demais regiões do Brasil.

É preciso buscar descobrir as potencialidades e especificidades de cada região com vistas a reduzir, ainda mais, as desigualdades sociais e econômicas existentes no Brasil, com o desenvolvimento de políticas econômicas regionais. Essa redução ocorreu em virtude do crescimento da atividade industrial na economia brasileira, induzida pelas políticas incentivadas durante o Governo Lula. Tais políticas são caracterizadas devido a uma maior

intervenção do Estado na economia através da isenção de impostos para compras de máquinas e equipamentos.

Essas mudanças que favoreceram as cidades médias, as quais estão diretamente relacionadas com as políticas econômicas dos anos 1990 e 2000. Na primeira década, a ausência de políticas de desenvolvimento, aliada ao crescimento da concorrência fruto da abertura comercial e a guerra fiscal implicou em realocização de diversas empresas intensivas em mão de obra, que se realocalizaram nessas cidades aumentando significativamente o emprego industrial.

Ocorreu uma visível melhoria nos diferenciais de empregos formais na indústria, entre as cidades médias, visto que há uma convergência de empregos industriais nas regiões, pois esse setor tem um dinamismo que provoca encadeamentos para frente e para trás, possibilitando empregabilidade não só no setor industrial, mas, também no setor agropecuário e no setor de serviços.

Tornam-se necessários estudos mais específicos visando identificar os efeitos causados pelo rápido processo de urbanização pelo qual essas cidades têm passado nos últimos anos. Além do surgimento de “novos” espaços em função da emancipação de alguns municípios.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. ANDRADE, T. e SERRA (orgs). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 20.ed. Ed. UNIJUÍ – 1999.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. **Desconcentração industrial regional no Brasil (1985 – 1998): pausa ou retrocesso?** Tese de Doutorado: Universidade Estadual de Campinas: 2002.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. São Paulo: Papyrus, 1994

CARVALHO, C.P. Nordeste: Sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). In: **Economia política do desenvolvimento**, vol. 1, n. 2. Maceió 2008.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ENGELS, Frederich. Origem da família, da propriedade privada e do Estado. IN: MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **Obras Escolhidas**. Vol. I, II e III. São Paulo: Alfa-Omega 1980

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 1997

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins ; revisão técnica Margarida Maria de Andrade. - Belo horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LIMA, Marcos C., **Apontamentos para Definições Conceituais de Cidades Médias**. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br>.

LIMONAD, E. - Reflexões Sobre o Espaço, O Urbano e a Urbanização - **Geographia**, Vol. 1, No 1 (1999).

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981a

OLIVEIRA, Francisco de. A metamorfose da arribaçã: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 27, p. 67-92, jul.1990.

PEREIRA, William E. N. *et al.* Distribuição Espacial da Indústria Calçadista no Nordeste (1985/2005). In.MACAMBIRA, Júnior; SANTOS, Sandra Maria dos (org.) **Brasil e Nordeste: ocupação, desemprego e desigualdade**. Fortaleza, IDT, BNB, 2007.

PEREIRA, William E. N. **Reestruturação do Setor Industrial e Transformação do Espaço Urbano de Campina Grande – PB a partir dos anos 1990**. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. CCHLA. UFRN, 2008.

REZENDE, A. C. de ; CAMPOLINA, B. ; PAIXÃO, A. N. Clusterização e localização da indústria de transformação no Brasil entre 1994 e 2009. In: XVIII Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e XVII Encontro Regional de Economia, 2012, Fortaleza. **Anais do XVII Encontro Regional de Economia**, 2012.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira** - 5. ed. - São Paulo: Edusp, 1994.

Recebido em 12/08/2017.

Aceito para publicação em 20/11/2017.